

CNseg e Fenseg debatem o seguro rural no contexto da mudança climática, em evento no Mato Grosso



- Durante participação do workshop “Modernização do Seguro Rural no Brasil” e perspectivas sobre o Projeto de Lei 2951/24, realizado em 14 de dezembro, em Cuiabá (MT), o diretor de relações institucionais da Confederação Nacional das Seguradoras (CNseg), Esteves Colnago, destacou a preocupação do setor segurador com a crise climática e seus impactos no agronegócio do país

“O agronegócio gera muitos empregos no nosso país e é responsável por 8% do nosso PIB (Produto Interno Bruto). Como todos sabem, o mundo e o Brasil vêm sofrendo cada vez mais com as ocorrências climáticas. Chamo atenção para um dado que só no ano de 2023 os desastres naturais provocaram no planeta uma perda estimada de US\$ 380 bilhões. O mundo sofre de gap de seguro de 70%. E a situação do Brasil não é melhor, é pior. A cada R\$ 100 em perdas ocorridas no Brasil, só R\$ 10 tem uma proteção do setor segurador o que é muito perigoso”, afirmou Colnago

A fala foi feita durante o painel que discutiu a "Importância do Seguro Rural no Brasil", que contou com representantes da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), Federação Nacional de Seguros Gerais (FenSeg) e Federação Brasileira de Bancos (Febraban).

O presidente da Comissão de Seguro Rural da Fenseg, Glaucio Toyama, destaca que do ponto de vista do operador de seguros, é muito importante o acesso adequado aos produtos do seguro no contexto agro nos tempos de crise climática.

“Um ponto importante que a gente está tratando aqui é trazer para o mercado de seguros e para os produtores, um programa de sustentabilidade com um fundo catastrófico e que esse negócio consiga dar consistência. E não só pensar no próximo ano, mas naqueles eventos vão acontecer nos demais anos em cada uma das regiões e os produtos de seguro que se adequam a essas adversidades”, lembrou Toyama

Discussão do PL 2951/24 durante o workshop “Modernização do Seguro Rural no Brasil”

O evento, realizado conjuntamente pelo Senado Federal, Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso (Famato), Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), Instituto Pensar Agro (IPA) e a CNA, reuniu na capital matogrossense um público diversificado entre profissionais do agro, produtores, seguradoras, resseguradoras, financiadores e autoridades para discutir as propostas do Projeto de Lei nº 2951/2024, da senadora Tereza Cristina (PP/MS), que busca tornar o seguro rural mais acessível ao produtor rural.

A senadora ressalta que o PL busca aperfeiçoar essa política, fortalecendo a previsibilidade orçamentária e a eficiência do setor. “O seguro rural é um instrumento crucial para proteger o produtor de perdas inesperadas, mantendo sua capacidade financeira para honrar os compromissos assumidos, sem a necessidade de aumento do endividamento. Com a ocorrência de eventos extremos cada vez mais recorrentes, o debate sobre o tema se torna ainda mais urgente, ressaltou a senadora.

Para o senador Jayme Campos (União/MT), que é o relator da proposta na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado, destacou que o PL será um marco histórico para o tema.

“A proposta irá aperfeiçoar as normas legais relacionadas ao seguro rural no Brasil, de forma a barateá-lo e torná-lo mais acessível. Em um contexto de recorrentes quebras de safras dos últimos anos, vamos ampliar o acesso ao crédito, consolidar mercados e garantir segurança e proteção aos produtores do país”, afirmou Campos

[Assista ao workshop “Modernização do Seguro Rural no Brasil” na íntegra](#)

Segurança em rodeios: como proteger os peões - e a importância do Seguro de Vida

- Depois do acidente fatal com o peão Italo Silva Rodrigues em Guapiaçu/SP, no dia 31 de agosto, o Ministério Público do Trabalho (MPT) agiu
- O MPT pediu que todas as cidades de São Paulo adotem medidas para proteger os peões em rodeios, incluindo a obrigatoriedade de Seguro de Vida e Invalidez para esses trabalhadores

Rodeios em São Paulo - e a falta de segurança

Anualmente, são realizados entre 800 e 850 rodeios em São Paulo, mas muitos não têm regras claras para proteger os peões. O Seguro de Vida é essencial para garantir segurança e suporte a esses profissionais que enfrentam grandes riscos.

Acidentes com peões de rodeio: quem deve pagar o seguro?

O MPT pediu à Associação Paulista de Municípios (APM) que orientasse as 645 cidades do estado de São Paulo a adotar medidas para garantir a segurança dos peões e profissionais de rodeio, incluindo a exigência de um Seguro de Vida e Invalidez para esses trabalhadores. Os organizadores dos rodeios não podem transferir esses custos para os peões.

Se algo der errado e não houver seguro, os organizadores também serão responsáveis pelos custos médicos e indenizações, que devem ser no mínimo R\$ 100 mil em caso de morte ou invalidez.

Um avanço na segurança dos rodeios

A nova regra de seguro obrigatório para peões é um grande passo para proteger esses trabalhadores. Com isso, espera-se que os municípios de São Paulo melhorem as condições nos rodeios e evitem mais tragédias como a de Guapiaçu.

Fonte: CNseg, em 15.10.2024